



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198540-0

AGRAVANTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO GUINLES PARK

AGRAVADOS: SÍLVIA KARINA MENESES MARQUES e
ANDRÉ BEZERRA CAVALCANTI MARQUES

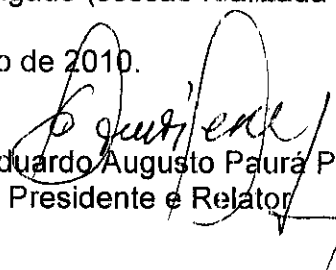
RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – COBRANÇA –
DESPESAS CONDOMINIAIS – CONVERSÃO DO
PROCEDIMENTO SUMÁRIO EM ORDINÁRIO.
INADMISSIBILIDADE. FEITO QUE DEVE SER
PROCESSADO NO RITO SUMÁRIO. PREVISÃO
LEGAL - RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0198540-0, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, tornando definitiva a decisão concessiva de liminar, para o fim de restabelecer o rito procedimental da demanda em sumário, nos termos do voto do Des. Relator, constante dos autos que fica fazendo parte integrante deste julgado (sessão realizada no dia 26/01/2010).

Recife, 28 de janeiro de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

04075
JH

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198540-0

AGRAVANTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO GUINLES PARK

AGRAVADOS: SÍLVIA KARINA MENESES MARQUES e

ANDRÉ BEZERRA CAVALCANTI MARQUES

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto pelo **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO GUINLES PARK**, em face da decisão interlocutória proferida nos autos da ação de cobrança – processo nº 001.2009.124801-0 -, pela qual o MM. Juiz de Direito da 24ª Vara Cível da Capital determinou a conversão do procedimento sumário do feito em ordinário.

Em suas razões, fls. 02/09, argumentou, em síntese, que a cobrança de cotas condominiais comporta o rito sumário, por força de lei. Aduziu que a excepcional conversão do procedimento somente se dá quando a natureza da demanda ou, o deslinde da controvérsia depender da produção de prova de maior complexidade, situação não ventilada no caso em apreço.

Sustentou que a manutenção da decisão atacada causará prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

Em razão disso, pugnou pela concessão de liminar, para que fosse atribuído efeito ativo ao recurso em foco, restabelecendo o rito procedimental da demanda em sumário, provendo-o, ao final.

Devidamente intimada, a parte agravada não apresentou contra-razões, consoante se ver por meio da certidão de fl. 72.

É o relatório.

Considerando tratar-se de agravo de instrumento a não ensejar revisão, inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 11 de janeiro de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

041
ga
m

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198540-0

AGRAVANTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO GUINLES PARK

AGRAVADOS: SÍLVIA KARINA MENESES MARQUES e

ANDRÉ BEZERRA CAVALCANTI MARQUES

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a)

Ao deferir a pretensão liminar utilizei os seguintes fundamentos:

“Em juízo de admissibilidade do recurso, verifico que o presente agravo é tempestivo, apresentando-se devidamente instruído, passando, deste modo a processá-lo nos termos da lei.

Em análise de cognição sumária, parecem-me relevantes as razões expendidas pela recorrente, conquanto os requisitos legais pertinentes a concessão da liminar, a meu ver, se acham presentes.

De fato, há flagrante equívoco na decisão impugnada, pois conforme dispõe o art. 275, II, “b” do Código de Processo Civil “observar-se-á o procedimento sumário: I – *omissis*; II – nas causas, qualquer que seja o valor: a) *omissis*; b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio”.

Na hipótese em comento, o condomínio/agravante ingressou com ação de cobrança, sob a alegação de que os demandados/agravados, proprietários da unidade imóvel do

edifício em questão, se encontram inadimplentes com suas obrigações de pagamento de cotas condominiais.

Assim, por expressa disposição de lei, o rito imprimido ao feito, deve ser o sumário. A conversão em ordinário somente se justificaria se a demanda assumisse complexidade fático-probatória, circunstância, em princípio, descartada.

A adoção do rito ordinário causaria, sem sombra de dúvida, prejuízo ao condomínio/agravante, decorrente da demora regular na prestação jurisdicional até o julgamento final.

(...)”.

Não vejo assim, como deixar de acolher a pretensão do condomínio/agravante.

Com tais considerações, voto no sentido de dar provimento ao presente recurso, tornando definitiva a decisão concessiva de liminar nesta instância.

É como voto.

Recife,

16 de junho de 2010 ..


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator